

# PASSADOS ALTERNATIVOS

Fernando Martins

NIALL FERGUSON  
(Coordenação)

## História Virtual

(tradução de Luís Trindade  
e Maria José de La Fuente)  
1.ª edição  
Lisboa  
Tinta-da-China,  
2006, 446 páginas

### CONTRAFACTUAIS LUSITANOS

Em Portugal a história virtual, ou «contrafactual», chegou, ao menos para mim, num artigo da autoria de Jaime Reis publicado numa *Análise Social* de 1984<sup>1</sup>. Descontando a impressão que me causou pelo método usado, pelas perguntas feitas e pelas respostas dadas, o citado trabalho e os «contrafactuais» formulados pelo autor serviram para gerar polémica no meio académico da especialidade e introduzir na historiografia económica portuguesa os conceitos e parte dos métodos usados nos Estados Unidos da América desde a década de 1950 pela *New Economic History*<sup>2</sup>. Mas o texto de Jaime Reis conseguiu ainda demonstrar que os «contrafactuais», e apesar de muitos comentários repletos de sobrançeria de que foi alvo, serviam perfeitamente para demolir muitas das ideias feitas acerca das razões que teriam levado a economia portuguesa a ter, comparativamente, um mau comportamento na segunda metade do «longo» século XIX, conjuntura que a tornou «atrasada» no contexto europeu<sup>3</sup>. Basicamente, Jaime Reis concluía, ao contrário de outros historiadores da economia portuguesa no

século XIX e de muito discurso político feito a montante e a jusante das conclusões avançadas por aqueles, que lhe teria sido praticamente impossível obter um desempenho substancialmente diferente do que de facto conheceu [«difícilmente a situação poderia ter sido outra» (p. 25)]. Apesar de longa, esta introdução serve para sublinhar que a história contrafactual (ou virtual) tem e sempre teve duas importantes e destacadas características<sup>4</sup>. É polémica. É inovadora nos métodos que usa e, por isso, incómoda nas perguntas que faz e assertiva nas respostas que apresenta. Por isso ela permite – e aí está a sua utilidade e o seu «cientifismo», desculpe-se o turpilóquio – compreender melhor e interpretar com maior segurança a história que efectivamente aconteceu.

### DA HISTÓRIA VIRTUAL E DA NATUREZA DO EXERCÍCIO

Ainda que possua, como qualquer bom livro de história, uma componente de entretenimento de grande qualidade, importa no entanto saber se o livro coordenado por Niall Ferguson, publicado no Reino Unido há uma dezena de anos e em

boa hora editado pela Tinta-da-China, cumpre os preceitos de rigor, inovação metodológica e polémica construtiva que caracterizaram a chamada história contrafactual. A resposta é sim, embora nem todos os capítulos apresentem pressupostos metodológicos claros<sup>5</sup>, ou não cheguem sequer, nos temas tratados, a ser polémicos ou a lançar uma discussão substantiva fora do campo historiográfico<sup>6</sup>. Deixando a «polémica» para depois, veja-se por agora a questão do método tal como é tratado por Niall Ferguson, e que importa apresentar por ser uma quase novidade no nosso panorama historiográfico e porque sustenta e legitima a necessidade e a plausibilidade da história virtual. Basicamente, neste como noutros trabalhos do género, se os pressupostos práticos da metodologia seguida são simples e relativamente unânimes, os teóricos nem por isso<sup>7</sup>. No domínio prático, Niall Ferguson parte do pressuposto segundo o qual todas as «decisões sobre o futuro» são assumidas como sendo «geralmente, baseadas na avaliação das consequências potenciais de cursos de acção alternativos», pelo que «faz todo o sentido comparar os resultados reais do que fizemos no passado com os resultados possíveis daquilo que poderíamos ter feito»<sup>8</sup>.

No domínio teórico da reflexão e do exercício metodológico, o trabalho de Niall Ferguson é particularmente interessante e rico, além de discutível. E é-o pela simples razão de que tenta e consegue produzir um discurso coerente e inovador em torno da relevância, da necessidade e da consistência da história virtual, acabando até por lhe conferir um estatuto idêntico,

senão mesmo superior em alguns aspectos, ao dos restantes campos historiográficos. Defensor do pressuposto segundo o qual a história virtual é o antídoto necessário do determinismo (p. 98), Ferguson produz na introdução à História Virtual uma definição da «teoria do caos» aplicada à história e cujo objectivo, afirma, é resgatar esta e a historiografia «não só do mundo absurdo de idealistas como Oakeshott, onde não existe uma causa ou um efeito, como do mundo igualmente absurdo dos deterministas, em que existe apenas uma cadeia de causalidade preordenada assente em leis. Para Ferguson, o “caos” – o comportamento estocástico<sup>9</sup> nos sistemas deterministas – significa resultados improváveis mesmo quando os acontecimentos sucessivos estão casualmente ligados» (p. 89). No entanto, Ferguson não defende uma transposição imediata da «teoria do caos» para a análise histórica e para os exercícios de história virtual. Do seu ponto de vista, as «alternativas históricas» devem ser «plausíveis – substituindo assim o enigma do “acaso” pelo cálculo das probabilidades». Só desta forma se resolve o «dilema» de se ter de «optar entre um único passado determinista e um número incontavelmente infinito de passados possíveis», do que decorre o facto de os «cenários contrafactuais» construídos não serem uma «mera fantasia», mas «simulações baseadas em cálculos sobre a probabilidade relativa de resultados plausíveis num mundo caótico (daí a “história virtual”）」 (p. 95). Por fim, Ferguson reproduz «uma pergunta que permanece sem resposta» e que é a de saber como se pode «distinguir exac-

tamente as alternativas prováveis não realizadas das improváveis?» Ora a pergunta tem afinal resposta e Niall Ferguson dá-a afirmando que «devemos considerar como plausíveis ou prováveis apenas as alternativas que podemos demonstrar com base em provas contemporâneas que os contemporâneos chegaram a considerar» (itálicos no original, pp. 95-96). Podendo-se certamente objectar que os «contemporâneos» podem ter considerado «alternativas» improváveis e até absurdas que nunca poderiam ter-se afirmado em função de múltiplas variáveis e de circunstâncias deterministas existentes, a verdade é que este pressuposto enunciado deixa bem claro que o recurso a fontes históricas é absolutamente essencial para tornar a história virtual credível e verosímil.

#### **A «POLÉMICA» OU A OUTRA NATUREZA DA HISTÓRIA VIRTUAL**

Num texto publicado em 1994, David S. Landes<sup>10</sup> criticou duramente aquilo a que chamou história «optativa» ou a «história como acidente», uma espécie de subgénero historiográfico caracterizado por assentar em pressupostos que se poderiam definir como obedecendo a uma máxima simplista e até perigosa resumida pelo autor como a história do que «podia ter sido, deve ter sido e devia ter sido». Nela caberia, entre outros géneros historiográficos, a história contrafactual porque dependente da hegemonia do «acidente». Na história «optativa», e ainda segundo Landes, o maior pecado metodológico e epistemológico residirá no facto de aquela se sustentar na «convicção» ou na «simpatia» e não na «evidência» e por

a «dedução» preceder a «indução» (p. 637). Mas acima de tudo, Landes concluía que os contrafactuais não podiam ser credíveis pela simples razão de que «não são verdadeiros» (literalmente, *untrue*, p. 655). Isto porque, e em particular naquilo que à história económica dizia respeito, o «acidente» não desempenha qualquer papel relevante, sendo que quando supostamente exercia tal papel afirmava-se apenas pela sua natureza tão polémica quanto irrelevante.

Deixando de lado as razões próximas do debate em que David Landes se pronunciou e as respostas que suscitou<sup>11</sup>, vale a pena pegar naquele que é um dos textos mais emblemáticos da colectânea aqui analisada para, por um lado, procurar demonstrar que o «acidente» conta efectivamente na história, enriquece a historiografia e legitima a história virtual, ao mesmo tempo que a polémica é desta uma parte necessária, imprescindível mesmo, mas que em nada a diminui enquanto género.

O capítulo da autoria de Niall Ferguson que tem a Grande Guerra e as suas origens como pano de fundo<sup>12</sup>, mas ainda os textos sobre a presidência de JFK<sup>13</sup> e o não desaparecimento do comunismo na URSS<sup>14</sup>, cumprem exemplarmente o seu papel na colectânea, esvaziando as objecções de Landes. No primeiro, Ferguson sugere dois aspectos essenciais. Em primeiro lugar, que a Grã-Bretanha não teria de participar naquele conflito uma vez que os seus interesses enquanto grande potência teriam dessa forma sido melhor defendidos. Ora, esta atitude tinha dependido de um conjunto de decisões políticas que podiam ter

sido tomadas independentemente do peso da conjuntura. Ou seja, nada havia numa guerra geral na Europa no Verão de 1914 envolvendo, sobretudo, a Áustria e a Alemanha, por um lado, e a França e a Rússia, por outro, que impusesse antes do seu início, e vistos os objectivos das potências centrais, uma intervenção britânica. Tudo isto é feito com recurso a abundante documentação e antecipa uma das teses que o mesmo Ferguson irá desenvolver em *The Pity of War* (1998): tese segundo a qual coube a líderes políticos e militares britânicos facilmente identificáveis a responsabilidade pela transformação de uma guerra localizada iniciada em Junho-Julho de 1914, num conflito mundial com consequências insuportáveis. Quanto ao segundo ponto, e este remete para a especulação histórica sobre aquilo que teria acontecido caso o Império Britânico se tivesse mantido à margem do conflito, Ferguson sustenta que uma não-intervenção britânica teria inevitavelmente conduzido a uma vitória alemã cujo resultado a prazo teria sido tão-somente a criação de uma Europa política e economicamente unificada com características idênticas à daquela que foi sendo construída depois da II Guerra Mundial na sequência da assinatura dos Tratados de Roma em 1957, com a única diferença de aquela imaginada por Ferguson ter sido concebida sob uma benigna e esclarecida hegemonia germânica. É verdade que a tese histórica é polémica e a história virtual com grandes generalizações construída a partir de uma espécie de não acontecimento, contrária, ao menos aparentemente, as críticas feitas por Ferguson ao determinismo histó-

rico. Ainda assim, só aparentemente há determinismo no mundo definido após uma vitória das potências centrais numa Grande Guerra de curta duração. Isto porque, nos cenários traçados, o autor maneja apenas hipóteses que lhe parecem lógicas já que trabalha sobre um cenário em grande medida idêntico em que laborou a diplomacia britânica entre o fim da Guerra da Crimeia e o final da Segunda Guerra dos Balcãs.

O capítulo da autoria de Diane Kunz, sobre o que teria sucedido caso JFK não tivesse sido assassinado em Dallas em Novembro de 1963, é menos arrojado na definição de um cenário real em que tal facto não teria sucedido. No entanto, é particularmente esclarecedor na tese segundo a qual os EUA não se teriam afastado no momento certo do conflito político-militar no Vietname caso Kennedy não tivesse falecido quando e como faleceu. Isto, e segundo a autora, pela simples razão de que o retrato político, ideológico e de carácter apresentado de Kennedy é, em absoluto, muito verosímil. Esta verosimilhança vem-lhe do conhecimento que a autora possui da personagem e que deriva do domínio que detém das fontes e de muita historiografia que tem combatido a mistificação construída em torno da figura de JFK ao longo de toda a sua vida pública e depois militantemente prolongada pelos seus colaboradores.

Mark Almond, por seu lado, recorda-nos que o Muro de Berlim podia não ter caído e, portanto, o comunismo poderia ter permanecido incólume durante mais alguns anos depois de Gorbachev ter chegado ao poder e iniciado um conjunto de reformas

políticas. Também aqui o cenário contrafactual assenta numa recolha de factos e de argumentos simples e claros, e por isso relativamente simples, verdadeiros e verosímeis. Desde logo, o autor recorda: que não era objectivo do reformismo soviético produzir os resultados que produziu, nomeadamente a destruição do comunismo; que o sistema comunista tinha ainda uma grande margem para resistir e ultrapassar os desafios colocados pelo capitalismo; que o caminho da repressão «à chinesa» teria sido, por várias razões, uma opção válida para as autoridades soviéticas e para os seus aliados na Europa de Leste e Central, desde logo pelo simples facto de o «Ocidente» não possuir então, como inúmeros testemunhos o documentam, nem vontade nem capacidade de contrariar uma tal política. Este texto e a tese que lhe está subjacente é pois uma crítica clara e necessária às teorias sustentadas por muita historiografia de pendor conservador e que, *a posteriori*, procuraram demonstrar a inevitabilidade do desmoronamento de um sistema como o soviético, fosse por causa da sua natureza totalitária, do desejo inquestionável de liberdade e de democracia demonstrado nas ruas pelos povos oprimidos daquela região do velho continente, ou ainda pelo esforço ocidental desenvolvido à época para que a libertação acontecesse. Ora aquilo que o autor sugere, para além da narrativa de história virtual apresentada, é que nenhum daqueles pressupostos era verdadeiro.

### **CLÍMAX E ANTICLÍMAX**

O momento mais estranho do livro aqui em análise é o capítulo final, também da

autoria de Ferguson, e no qual a partir de uma vitória dos Stuart no conflito civil e militar ocorrido em Inglaterra e na Escócia durante a década de 1630, é cosida toda uma história alternativa (sobretudo) do mundo ocidental que desagua no colapso do Ocidente às mãos de uma Rússia czarista e autocrática e que é também a homologação do triunfo do determinismo histórico no domínio intelectual. Descontando o facto de esse mesmo determinismo marcar profundamente a construção por Ferguson de uma história alternativa do mundo moderno e contemporâneo, este último capítulo pretende ser afinal uma espécie de hino à liberdade criadora no campo historiográfico, algo que indiscutivelmente não teria sido possível no caso de a história não ter decorrido como de facto decorreu nos últimos trezentos e setenta anos – o que não deixa de ser mais previsível do que interessante. Mas sobretudo este texto final de Ferguson parece dar razão àqueles que afirmam, sem os dramas de David Landes, que toda a narrativa histórica – virtual, contrafactual ou a outra – é indelevelmente marcada pelo peso do presente, recuperando aquela velha máxima que insiste em definir toda a história como história contemporânea<sup>15</sup>. E isto num livro em que o coordenador, ao citar Jorge Luis Borges e o seu «El jardín de senderos que se bifurcan» (pp. 80-82), parecia ser capaz de criar, tal como o escritor argentino, um universo histórico imaginário que valeria por si mesmo e se bastaria a si mesmo em função daquilo que era definido como uma infinita possibilidade de arranjos temporais. **RI**

- 1 REIS, Jaime – «O atraso económico português em perspectiva histórica (1860-1913)». In *Análise Social*, vol. XX (80), 1984-1.º, pp. 7-28.
- 2 Sobre a *New Economic History*, cf. TEMIN, Peter (comp.) – *La Nueva Historia Económica. Lecturas Seleccionadas*. Madrid: Alianza Editorial, 1984, pp. 9-10.
- 3 A «controversa técnica de contrafactual» que Jaime Reis se propunha utilizar no seu trabalho, inspirada na «chamada nova história económica», consistia «em alterar um ou mais dos parâmetros duma dada situação histórica de modo a criar uma outra situação, hipotética, mas verosímil, que se possa comparar com a real de uma forma quantificada» [REIS, Jaime – «O atraso económico português em perspectiva histórica (1860-1913)», p. 15].
- 4 Há uma outra característica muito importante na história virtual, aquela que é talvez o maior argumento a favor da sua legitimidade e utilidade. A história virtual, as suas interrogações e ao menos parte dos seus métodos, são muitas vezes utilizados por historiadores comuns em trabalhos comuns. A grande diferença reside no facto de o contrafactual ser acima de tudo um meio e nunca um princípio ou um fim. Cf. BULHOF, Johannes – «What if? Modality and history». In *History and Theory. Studies in the Philosophy of History*, vol. 38, n.º 2, 1999, pp. 145-168.
- 5 Pareceu-me ser o caso dos capítulos de ROBERTS, Andrew – «Inglaterra de Hitler. E se a Alemanha tivesse invadido a Grã-Bretanha em Maio de 1940?», pp. 211-251; BURLEIGH, Michael – «A Europa nazi. E se a Alemanha nazi tivesse derrotado a União Soviética?», pp. 255-281; e HASLAM, Jonathan – «A guerra ou paz de Estaline. E se a Guerra Fria tivesse sido evitada?», pp. 285-304. Trata-se, no entanto, de textos extremamente sedutores e sólidos do ponto de vista da forma e do conteúdo da narrativa.
- 6 É o caso do texto de CLARK, J. C. D. – «A América britânica: e se a Revolução Americana não tivesse acontecido?», pp. 103-153. A edição portuguesa omitiu os capítulos 1 («England without Cromwell») e 3 («British Ireland») publicados na edição original. Percebe-se que assim tenha acontecido por ser desse modo possível tornar a publicação mais exequível do ponto de vista financeiro, retirando textos sobre temas que, presumo, os editores da Tinta da China tenham considerado de pouco interesse para o leitor português. Se isso pode ser verdade em relação ao capítulo 3, é muito discutível em relação ao capítulo 1, uma vez que a Revolução Inglesa de 1640 foi um acontecimento cuja natureza ultrapassaria, e muito, as fronteiras geográficas da Grã-Bretanha. A edição espanhola deste mesmo livro (*Historia Virtual. ¿Qué Hubiera Pasado Si...?*. S. e.: S. L., Taurus, 1998) optou, igualmente, por não incluir aqueles dois capítulos, substituindo-os por um de Santos Juliá sobre a Espanha de 1936 sem guerra civil e outro, de Juan Carlos Torre, sobre a Argentina sem «peronismo».
- 7 Um trabalho curioso com qualidade na vertente histórica, mas nada arrojado no plano teórico e metodológico, é o de COWLEY, Robert – *What if? The World's Foremost Military Historians Imagine What Might Have Been*. Nova York: G. P. Putnam's Sons, 1999, pp. 11-14. O mesmo sucede num exemplo espanhol: TOWSON, Nigel (dir.) – *Historia Virtual de España (1870-2004) ¿Qué Hubiera Pasado Si...?*. Madrid: Taurus, 2004, pp. 17-35.
- 8 FERGUSON, Niall – «Introdução: História virtual: rumo a uma teoria "caótica" do passado», in FERGUSON, Niall (coord.) – *Historia Virtual*, p. 16.
- 9 Que depende e resulta de uma variável aleatória.
- 10 «What room for accident in history?: explaining big changes by small events». In *Economic History Review*, XLVII, 4 (1994), pp. 637-657.
- 11 Cito apenas a resposta de N. F. R. Crafts àquela que também é uma resposta dada por Landes na referência acima enunciada: «Macroeconomic growth, and "industrial revolution" in Britain and France». In *Economic History Review*, XLVIII, 3 (1995), pp. 591-598.
- 12 «A União Europeia do Kaiser. E se a Grã-Bretanha tivesse ficado de fora em Agosto de 1914», pp. 157-207.
- 13 KUNZ, Diane – «A Constituição de Camelot. E se John F. Kennedy não tivesse morrido?», pp. 307-331.
- 14 ALMOND, Mark – «1989 sem Gorbachev. E se o comunismo não se tivesse desmoronado?», pp. 335-358.
- 15 ROSENFELD, Gavriel – «Why do we ask "What if?": reflections on the function of alternative history». In *History and Theory. Studies in the Philosophy of History*, vol. 41, n.º 4, 2002, pp. 90-103.